

EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A POPULAÇÃO INDÍGENA VENEZUELANA REFUGIADA E MIGRANTE NO BRASIL:

Iniciativas, lições aprendidas e recomendações



Plataforma de Coordenação
Interagencial para Refugiados
e Migrantes da Venezuela

R4V - PLATAFORMA DE COORDENAÇÃO INTERAGENCIAL PARA REFUGIADOS E MIGRANTES DA VENEZUELA

Coordenação – Pedro Brandão, Socorro Tabosa, Ana Gama

Setor de Educação – Cynthia Ramos, Mariana Alcalay

Setor de Integração, Interiorização e Transporte Humanitário – Paulo Sérgio de Almeida, Michelle Barron, Ângela Mota

Grupo de Trabalho de Populações Indígenas – Gabriel Tardelli, Jennifer Alvarez

CONCEPÇÃO E ELABORAÇÃO DE TEXTO

Vivian Holzacker – *Consultora*

REVISÃO TÉCNICA

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

Gabriel Calil Tardelli – *Associado de Campo Indígena*

Isadora Vieira Arruda – *Assistente Sênior de Meios de Vida e Inclusão Econômica*

Marília Cintra Correa – *Associada de Parcerias Privadas e Filantropia*

Paulo Sérgio de Almeida – *Oficial de Meios de Vida e Inclusão Econômica*

OIM - Organização Internacional para as Migrações

Jennifer Alvarez – *Assistente de Projeto*







PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

Gleydson de Lima Araújo - *Associado de Design Gráfico*

Os dados aqui apresentados foram coletados no final do segundo semestre de 2022, quando também foi realizado o I Seminário da R4V Brasil sobre Iniciativas de Educação e Capacitação para a População Indígena Refugiada e Migrante que deu origem a esta publicação. Nesse sentido, ressalta-se que os projetos aqui apresentados não necessariamente ainda estão em curso.

SUMÁRIO

Introdução	4
Grupos focais e entrevistas	6
 Ensino de português como língua de acolhimento, letramento e línguas indígenas	7
 Acesso ao ensino regular (fundamental e médio), incluindo para jovens e adultos	9
 Educação profissionalizante, incluindo empreendedorismo e educação financeira	12
Iniciativas apresentadas no seminário	15
 Ensino de português como língua de acolhimento, letramento e línguas indígenas	15
 Acesso ao ensino regular (fundamental e médio), incluindo para jovens e adultos	20
 Educação profissionalizante, incluindo empreendedorismo e educação financeira	25
Recomendações	30
Considerações finais	31



INTRODUÇÃO

Desde 2014, com o agravamento da crise econômica, social e política na Venezuela, houve um intenso deslocamento populacional de mais de 980 mil pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas para o território brasileiro¹. Dessas, mais de 510 mil pessoas permaneceram no Brasil². No âmbito desse fluxo migratório, a chegada de populações indígenas refugiadas e migrantes, em busca de proteção internacional, tem se constituído como um desafio contínuo e crescente.

Até outubro de 2023, mais de 10.700 pessoas indígenas refugiadas e migrantes chegaram ao país em busca de proteção internacional, incluindo pessoas das etnias Warao (66%), Pemon-Taurepang (28%), Kariña (3%), E'ñepa (2%) e Wayúu (1%), principalmente nos estados de Roraima, Amazonas e Pará³. No caso dos Warao, há a presença desta etnia em praticamente todas as regiões do país⁴.

Os fluxos indígenas trazem novos desafios para gestores públicos e organizações da sociedade civil que atuam com a população refugiada e migrante, exigindo respostas culturalmente sensíveis para garantir o acesso dessa população a serviços básicos. A partir de diagnóstico realizado pelo Grupo de Trabalho Indígena da R4V Brasil⁵ e pelo Setor de Interiorização, Integração e Transporte Humanitário, percebeu-se a necessidade de priorizar ações relacionadas à educação intercultural e práticas seguras de geração de renda.

Com o objetivo de conhecer a experiência, prioridades, ampliar a compreensão sobre os principais desafios enfrentados pela população indígena refugiada ou migrante no Brasil sobre esses temas, bem como escutar suas recomendações, em outubro de 2022 foram realizadas entrevistas e grupos focais de discussão online com 28 lideranças e educadores indígenas refugiados e migrantes no Brasil.

Em seguida, para proporcionar um espaço de troca de experiências e construção coletiva de conhecimentos e práticas, no dia 9 de novembro de 2022, foi realizado, de maneira remota, o “I Seminário da R4V Brasil sobre Iniciativas de Educação e Capacitação para a População Indígena Refugiada e Migrante”. As iniciativas foram divididas em três eixos: (i) Ensino de português como língua de acolhimento, letramento e línguas indígenas; (ii)

1. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes. Publicado em novembro/2023. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/document/informe-de-migracao-venezuelana-set2023>

2. Id.

3. ACNUR Brasil e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Painel de Informações Sobre Populações Indígenas. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjlmNzdiODctYjMwZC00NjkzLWlWlWYzctY2VmZDdjYz-JmMDQxliwidCI6ImU1YzZM3OTgxLTy2NjQtNDZlNC04YTJlY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOiJh9.> Acesso em: 11/09/2023

4. OIM Brasil e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Nacional sobre a População Indígena Refugiada e Migrante Venezuelana. Disponível em: bit.ly/3ldhkFl. Acesso em: 30/06/2023.

5. Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela.

Acesso ao ensino regular (fundamental e médio), incluindo para jovens e adultos; e (iii) Educação profissionalizante, incluindo empreendedorismo e educação financeira.

No eixo 1, sobre “Ensino de português como língua de acolhimento, letramento e línguas indígenas”, deu-se visibilidade a práticas relacionadas ao ensino de português para populações indígenas, considerando suas especificidades, com vistas a aumentar a escala e o impacto dessas iniciativas. Assim mesmo, também tratou da importância da preservação da identidade e cultura indígena. Este eixo contou com a apresentação do Centro de Formação Inspire Rebeca, com atuação em Boa Vista e Pacaraima (RR), da Rede Emancipa de Belém (PA), e do Instituto Pirilampas, de Boa Vista (RR).

As iniciativas apresentadas no eixo 2, focado em “ensino regular (fundamental e médio), incluindo para jovens e adultos” buscaram responder aos desafios enfrentados pela população indígena refugiada e migrante, principalmente no que se refere ao acesso e permanência nas escolas municipais e estaduais. Este eixo contou com a apresentação do projeto “Povos das Águas”, do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, de Belo Horizonte (MG), o “Plano de atendimento às crianças e adolescentes indígenas originárias da Venezuela”, apresentado em conjunto por representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SEMECD) do Município de Pacaraima e pela Secretaria de Estado da Educação do Governo do Estado de Roraima (RR), e o “Movimento Educa Ananindeua”, da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Ananindeua, Pará.

Por fim, no eixo 3, sobre “Educação profissionalizante, incluindo empreendedorismo e educação financeira”, abordou-se projetos de formação profissionalizante, voltadas ao acolhimento e à inserção produtiva, com atenção à preservação da cultura e tradições dos povos indígenas oriundos da Venezuela. Nesse eixo foram apresentadas as iniciativas “Soldataya Yakeraja 2.0”, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), o “Centro Cultural e de Formação Indígena (CCFI)”, da Fraternidade – Federação Humanitária Internacional (FFHI), localizado em Boa Vista (RR), e o projeto “Povo das águas: trabalho, participação e meios de vida”, do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).

Nesse contexto, este relatório é resultado das consultas a lideranças e educadores indígenas refugiados e migrantes no Brasil, assim como da apresentação de iniciativas, identificação de desafios e recomendações abordados no âmbito do “I Seminário da R4V Brasil sobre Iniciativas de Educação e Capacitação para a População Indígena Refugiada e Migrante”.

GRUPOS FOCAIS E ENTREVISTAS

Entre os dias 20 e 31 de outubro de 2022, foram realizadas entrevistas e grupos focais com 28 indígenas oriundos da Venezuela, que residem em Açailândia (AM), Ananindeua (PA), Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Boa Vista (RR), Manaus (AM) e Pacaraima (RR). Em Pacaraima, as lideranças e educadores indígenas da etnia Warao residem no Abrigo Janokoida⁶, localizado no centro urbano deste município. Já os indígenas da etnia Pemon-Taurepang vivem em três comunidades indígenas (Sakau Motá, Bananal e Sorocaima I) localizadas na Terra Indígena São Marcos⁷.



Essas pessoas foram escolhidas a partir de indicação dos escritórios de campo da Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), organizações parceiras do ACNUR e pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). As escutas foram

6. O Abrigo Janokoida localiza-se na cidade fronteiriça de Pacaraima e acolhe refugiados e migrantes indígenas da etnia Warao.

7. A Terra Indígena São Marcos localiza-se na fronteira com a Venezuela e é habitada por indígenas das etnias Macuxi, Pemon-Taurepang e Wapichana.

realizadas online e apoiadas pelas organizações AVSI Brasil⁸, Fraternidade Sem Fronteiras, e PADF⁹, bem como pelos escritórios do ACNUR em Pacaraima, Boa Vista, Manaus e Belém.

Entre as 28 pessoas consultadas, 17 são mulheres e 11 são homens. Dessas, 25 são da etnia Warao e 3 são Pemon-Taurepang.

As entrevistas e grupos focais tiveram como objetivo conhecer as experiências, as prioridades e identificar os principais desafios e recomendações de lideranças e educadores indígenas refugiados ou migrantes no Brasil no que se refere aos seguintes eixos:

Eixo 1: Ensino de português como língua de acolhimento, letramento e línguas indígenas;

Eixo 2: Acesso ao ensino regular (fundamental e médio), incluindo para jovens e adultos;

Eixo 3: Educação profissionalizante, incluindo empreendedorismo e educação financeira.



Ensino de português como língua de acolhimento, letramento e línguas indígenas

Todos os educadores e as lideranças consultados reconheceram que o aprendizado de português é um dos principais desafios enfrentados pelos indígenas que vieram da Venezuela para o Brasil. Segundo os participantes, há poucos cursos disponíveis, ou poucas vagas nos cursos existentes. Além disso, quase todos os cursos de português oferecidos são de nível básico.

No Abrigo Janokoida, localizado no município de Pacaraima, onde vivem principalmente os indígenas de etnia Warao, há disponibilidade de curso de português básico, mas não há cursos de nível avançado. Uma pessoa ouvida no grupo focal relatou que já fez o curso de português básico quatro vezes, diante da ausência de curso avançado.

De forma geral, constatou-se que o interesse e a disponibilidade de tempo para fazer curso de português foi maior nos primeiros meses após a chegada das famílias ao Brasil. As pessoas consultadas no grupo focal em Manaus tiveram acesso a cursos de curta duração nos abrigos de Boa Vista ou Pacaraima, antes de mudarem de estado. Ao se deslocarem para outro estado, não buscaram curso de português, devido à indisponibilidade de tempo ou de uma rede de apoio que pudesse lhes ajudar com os filhos pequenos. Perguntados sobre os cursos a que tiveram acesso, informaram que foram cursos curtos (dois dias de duração) e básicos, com vocabulário para tarefas cotidianas. Embora, na avaliação

8. Associação Voluntários para o Serviço Internacional.

9. Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento.

dos participantes, esses cursos tenham sido muito importantes, eles destacaram a necessidade de se ofertar cursos avançados.

Alguns educadores ouvidos, especialmente aqueles residentes em Belém, Açailândia e Belo Horizonte, mencionaram que o aprendizado de português ocorreu principalmente quando ingressaram em cursos profissionalizantes, como a formação de mediadores linguístico-culturais para contextos de assistência social à comunidade Warao no estado do Pará, implementado por professores e pesquisadores do Projeto Mobilang do Instituto de Letras da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em parceria com o ACNUR. Também destacaram cursos do Centro Estadual de Formação de Profissionais da Educação de Roraima (CEFRR), da Secretaria Estadual de Educação de Roraima (SEED), realizado em Boa Vista.

Percebeu-se que as pessoas que mais aprenderam português foram aquelas que demonstraram iniciativa e estudaram de forma autônoma através de cursos online, vídeos na internet ou aplicativos. Do mesmo modo, o acesso à televisão também se apresentou como um diferencial no aprendizado. Segundo uma indígena consultada:

Quando chegamos em Boa Vista meu esposo conseguiu uma televisão. Meus filhos assistiam desenhos [animados] em português e no início não entendiam e não gostavam. Em pouco tempo passaram a entender. Quando foram para a escola, já entendiam mais, e agora falam português muito bem. (mulher indígena de etnia Warao, Boa Vista)

Além do ensino de português, as lideranças e educadores consultados também destacaram a importância do ensino de seus idiomas.

Quero que os meus filhos se insiram na sociedade brasileira e aprendam português, mas sem esquecer a nossa cultura e idioma. (homem indígena da etnia Warao, Pacaraima).

Em Pacaraima, os participantes afirmaram o desejo de ter um espaço no Abrigo Janokoida para implementar atividades de reforço escolar, ensino de português e ensino do idioma Warao. As atividades desse espaço seriam coordenadas e implementadas pelos próprios indígenas e ocorreriam sem prejuízo de outros cursos e atividades de reforço escolar oferecidas por organizações atuantes na resposta humanitária.

Também foi destacada a importância da troca de experiências entre as diferentes etnias indígenas, bem como iniciativas para afirmar e valorizar a identidade e a cultura indígena. Nesse sentido, foi sugerida a criação de espaços para estimular a troca, como um encontro ou uma convenção, para tratar das experiências de diferentes povos originários.

RECOMENDAÇÕES:

1. Disponibilizar cursos de português em nível avançado, especialmente em Pacaraima e Boa Vista;
2. Organizar encontro entre lideranças e educadores indígenas de diferentes etnias, para tratar das experiências dos povos originários, bem como a afirmação e valorização da identidade e a cultura indígena;
3. Disponibilizar espaço nos centros de acolhida para que educadores indígenas implementem atividades de reforço escolar, ensino de português e ensino do idioma Warao.



Acesso ao ensino regular (fundamental e médio), incluindo para jovens e adultos

A educação de crianças e jovens foi o tema mais discutido e identificado como uma prioridade nos grupos focais e entrevistas conduzidas. A realização de matrícula por meio de chamada telefônica foi apontada, de forma unânime pelos respondentes, como a primeira barreira para o acesso ao ensino regular.

Matricular uma criança na escola por meio de ligação telefônica é difícil. Fizem perguntas que eu não sabia responder. Em alguns casos, quando falavam mais devagar, eu podia entender, mas geralmente falam muito rápido. Só consegui porque uma organização me ajudou. (mulher indígena da etnia Warao, Pacaraima)

A legislação brasileira determina que refugiados e migrantes possuem os mesmos direitos de acesso à educação que crianças e adolescentes brasileiros¹⁰ e garante que a falta de documentos ou a condição migratória não podem impedir o acesso à escola¹¹. No entanto, muitos pais encontraram entraves para matricular seus filhos em razão da falta de documentos escolares da Venezuela. Em alguns casos, as crianças foram matriculadas após intervenção de organizações da sociedade civil ou organizações internacionais, mas colocadas em salas com crianças menores.

Na Venezuela meu filho já estava em um grau avançado, mas quando chegou o colocaram na 1ª série. Ele não gostava de estudar de novo o que já tinha aprendido e ficou desmotivado. Eu não tinha os documentos

10. Conforme a Constituição Federal (artigos 5º e 6º), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990, artigos 53 ao 55) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996, artigos 2º e 3º).

11. Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017, artigo 4º, X), a Lei brasileira de Refúgio (Lei nº 9.474/1997, artigos 43 e 44) e a Resolução nº1, de 13 de novembro de 2020 do Conselho Nacional de Educação (artigo 1).

dele da Venezuela, e nesse momento não aplicaram prova para avaliar o grau de conhecimento. (mulher indígena da etnia Warao, Manaus)

Além dos empecilhos iniciais para acessar a escola, foi apontado que as crianças se sentem solitárias, principalmente quando são os únicos alunos indígenas na sala de aula. Também foram frequentes os relatos de crianças vítimas de xenofobia e racismo em Manaus, Belém e Boa Vista.

Quando meu filho chegou [na escola], foi difícil para se adaptar, pois havia muita xenofobia contra as crianças Warao. Não apenas as crianças, mas os adultos também discriminavam. Chegou um momento que meu filho não queria ir para a escola, mas eu não deixei ele sair. Ele dizia que o tratavam mal. Depois de algum tempo, o Conselho Tutelar e pessoas da ONU falaram com a escola e melhorou. Agora ele já fez amigos, e tem outras crianças venezuelanas, o que o deixou mais seguro. (mulher indígena da etnia Warao, Manaus)

Aqueles que já falavam um pouco de português antes de entrar na escola tiveram mais facilidade de adaptação. Nesse sentido, foi mencionada uma experiência positiva no município de Pacaraima. Segundo os educadores ouvidos, durante a pandemia da Covid-19 (entre 2020 e 2021) a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Pacaraima (SEMECD) ofereceu atividades de reforço escolar nas instalações do Abrigo Janokoida. Com o fim da pandemia e o retorno das atividades nas escolas, percebeu-se que as crianças beneficiadas com as atividades de reforço se adaptaram com maior facilidade ao ambiente escolar¹².

Para melhorar a adaptação e o acolhimento das crianças e adolescentes, uma das principais demandas dos participantes dos grupos focais foi a inclusão de professores indígenas nas escolas.

Está se apresentando essa situação com as crianças indígenas, elas não entendem as atividades, desanimam e acabam não indo para a escola. Havendo tantos professores indígenas venezuelanos preparados e com experiência, que podem apoiar nas escolas com as crianças indígenas, por que não reconhecem os títulos dos professores e os contratam, para que possam apoiar nas escolas no Brasil? (mulher indígena da etnia Warao, Boa Vista)¹³.

No que se refere ao alto índice de evasão escolar, em Pacaraima foi destacada a importância do contato direto entre lideranças indígenas e a SEMECD, para monitorar se alguma

12. Após a reabertura das escolas, em 2022 essas atividades não foram mais oferecidas no abrigo.

13. A revalidação de diplomas no Brasil é regulamentada pela Portaria Normativa n. 22, de 2016, do Ministério da Educação (MEC). Os diplomas de graduação de universidades estrangeiras precisam ser revalidados por universidades públicas brasileiras para serem reconhecidos no país. Diplomas de mestrado e doutorado podem ser revalidados por universidades particulares. Mais informações em <https://help.unhcr.org/brazil/educacao/>

criança está em risco de abandono escolar. Ainda sobre esse tema, foi salientado que as famílias indígenas viajam e mudam de cidade com frequência para conseguir renda. Isso gera dificuldades para a permanência na escola. Nessas situações, os participantes sugeriram que o processo de transferência de matrículas entre escolas seja facilitado pelas respectivas secretarias.

Nas comunidades indígenas Sorokaima 1, Bananal e Sakau Motá, que abrigam indígenas da etnia Pemon-Taurepang, as crianças indígenas enfrentam desafios distintos em relação aos residentes no Abrigo Janokoida no que se refere ao acesso ao ensino formal.

Na comunidade de Sorokaima 1, havia dificuldades com a infraestrutura da escola, como a ausência de paredes. Quando chovia, as crianças e jovens se molhavam. A comunidade recebeu equipamentos do ACNUR e está trabalhando para melhorar o espaço.

Na comunidade de Bananal, os jovens e as crianças estão matriculados na escola da comunidade. Os professores são majoritariamente indígenas e a língua taurepang também é ensinada na escola. No entanto, uma das principais dificuldades da comunidade é a falta de acesso ao material didático e ao uniforme escolar, o que dificulta o aprendizado. Além disso, foi destacado que não há estrutura de creches para as crianças pequenas.

Na comunidade Sakau Motá a educação é um desafio e a estrutura física destinada à escola é precária. A comunidade conta com uma sala de aula de madeira construída pela própria comunidade e três pequenos espaços cobertos com lonas doadas pelo ACNUR. Em razão das más condições das vias de acesso, muitas vezes os professores que vivem em outros locais permanecem pouco tempo e acabam desistindo de lecionar na comunidade. Assim, as aulas são frequentemente interrompidas no meio do ano letivo. A comunidade, que possui cerca de 150 alunos matriculados, conta apenas com Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano). A partir do 5º ano, as crianças precisam caminhar por mais de uma hora sob o sol forte até a comunidade de Tarau Paru para estudar. Em dias de muita chuva, as crianças não chegam à escola. Assim como solicitado pelos demais grupos indígenas, os educadores Taurepang residentes na comunidade de Sakau Motá gostariam de participar da educação das crianças nas escolas.

RECOMENDAÇÕES:

1. Estabelecer um curso preparatório para as crianças indígenas, anterior ao ingresso delas na escola, para facilitar a adaptação no ambiente escolar, ensinar português e nivelar o conhecimento das demais matérias;

2. Criar material explicativo, ou difundir-lo, caso exista, para os pais e as lideranças indígenas sobre o sistema de ensino brasileiro e diferenças com o sistema venezuelano¹⁴;
3. Ampliar o apoio oferecido no processo de matrícula por telefone das crianças e jovens indígenas refugiados e migrantes, em especial em Manaus, Açailândia e Belém;
4. Implementar, nas escolas brasileiras, ações de difusão sobre os direitos dos indígenas refugiados e migrantes, inclusive no que se refere aos documentos aceitos para a realização da matrícula;
5. Com o objetivo de melhorar o acolhimento das crianças indígenas e combater a xenofobia e o racismo, sensibilizar os professores, alunos e direção das escolas e realizar atividades sobre a cultura indígena;
6. Incluir professores indígenas refugiados e migrantes nas escolas frequentadas pelas crianças indígenas, para acolhê-las e apoiá-las em traduções e atividades de reforço;
7. Disponibilizar creches, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio em todas as comunidades da Terra Indígena São Marcos, bem como melhorar a estrutura física dos espaços destinados às escolas;
8. Onde ainda não houver, criar projeto para apoiar com o processo de validação de diplomas dos indígenas refugiados e migrantes, tanto dos educadores como demais profissionais;
9. Fomentar a inclusão dos jovens indígenas em oportunidades de emprego na modalidade Jovem Aprendiz¹⁵.



Educação profissionalizante, incluindo empreendedorismo e educação financeira

Ao falar dos cursos disponibilizados para indígenas refugiados e migrantes, foi destacada a importância do aprendizado prático, não apenas teórico. Segundo as lideranças e educadores escutados, a parte prática aumenta a compreensão e a confiança para executar a atividade ensinada.

14. Na Venezuela, a lei de educação dos povos indígenas prevê a educação intercultural bilingue (espanhol e idiomas originários) e estabelece que o desenho curricular, calendário, materiais didáticos e formação dos professores deve corresponder a essa modalidade. Mais informações em <https://www.unicef.org/lac/la-educacion-intercultural-bilingue-eib-en-venezuela> e <https://www.educaopararefugiados.com.br/guia-completo>. No Brasil, com exceção daqueles que vivem nas comunidades da Terra Indígena São Marcos, as crianças e jovens indígenas refugiadas e migrantes estão inseridas em escolas estaduais e municipais, as quais, com raras exceções, não contam com professores indígenas contratados. Assim mesmo, há procedimento específico para a realização de matrícula, que pode variar em cada estado.

15. Modalidade de contratação para jovens com idade entre 14 e 24 anos, em período de aprendizado e iniciando a carreira profissional, regulamentada pela Lei 10.097/2000, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm#art3

Os cursos são muito rápidos, precisam ter mais atividades práticas e incluir temas como o gasto com os materiais e como administrar e cuidar dos materiais. (mulher indígena da etnia Warao, Manaus)

Segundo eles, os cursos são curtos e muitas vezes não têm continuidade. Além disso, geralmente os professores falam apenas português e por isso os alunos, mesmo aqueles que falam espanhol, deixam de entender boa parte do conteúdo do curso.

Em um curso ganhamos apenas a teoria, e mesmo assim, se o professor fala português muito rápido, nem isso conseguimos aprender. Falta a parte prática. Tem que ter a experiência para começar a trabalhar. (homem indígena da etnia Warao, Pacaraima)

Em várias oportunidades, os participantes destacaram que algo que os atrai nos cursos são as relações pessoais e a interação com os professores. Quando se sentem acolhidos, o aprendizado melhora.

Os participantes dos grupos focais também mencionaram que muitos cursos, ou atividades passadas pelos professores dos cursos, são feitos com o uso de computador e internet. Aqueles com acesso precário à internet ou desconhecimento sobre informática acabam desistindo de se envolver nessas atividades. Nesse sentido, em todos os grupos focais realizados houve solicitação de realização de curso de informática, assim como iniciativas para possibilitar o acesso a computadores.

Perguntados sobre os cursos que gostariam de fazer, além do curso de informática, os principais cursos mencionados foram relacionados à beleza (manicure, cabelereiro), corte e costura, confeitaria, panificação e cuidador de idoso. Em Manaus, foi solicitada a realização de treinamento básico operacional, o qual é pedido para muitas vagas de trabalho nesse município.¹⁶ Os participantes do grupo focal de Pacaraima demonstraram interesse em cursos que podem gerar renda rapidamente, como aqueles relacionados à agricultura, à carpintaria e ao corte e costura. Nas comunidades indígenas da Terra Indígena São Marcos, foram mencionados cursos relacionados à agricultura e produção de alimentos, corte e costura, artesanato, medicina tradicional e gastronomia.

No que se refere ao acesso ao mercado de trabalho, as lideranças e educadores escutados afirmaram que um dos entraves são as dificuldades para reconhecer diplomas, comprovar experiências profissionais prévias à chegada ao Brasil, e trabalhar com a profissão que exerciam na Venezuela.

16. O treinamento básico operacional é exigido pelas empresas do Polo Industrial de Manaus para aqueles que pretendem entrar no mercado de trabalho na função de auxiliar de produção, auxiliar de montagem, operador de produção, montador, entre outros cargos.

Em Pacaraima e Boa Vista, os serviços prestados às organizações da sociedade civil, como voluntários ou contratados, foram mencionados como um rico aprendizado e uma oportunidade muito relevante para ter experiência de trabalho no Brasil. Fortalecer esse modelo pode trazer impacto positivo também nas demais regiões do país.

Como resposta à dificuldade de inserção no mercado de trabalho, as lideranças e educadores propuseram que, além da parte prática, os cursos ocorressem paralelamente às iniciativas para empregabilidade ou à criação de cooperativas. O modelo de cooperativa foi mencionado ao falar de artesanato, atividades agrícolas e corte e costura. Sobre este último, em Pacaraima foi proposta a criação de uma cooperativa para a confecção de uniformes escolares. Essa cooperativa apoiaria tanto na facilitação do acesso ao uniforme escolar, como geraria renda para as famílias indígenas.

Também foi recomendado que houvesse apoio financeiro para a compra de instrumentos de trabalho após a realização de cursos.

Para atividades autônomas, como de manicure, se não temos o material, fica difícil. Eu gostaria de ter apoio para comprar os materiais e começar a trabalhar. (mulher indígena da etnia Warao, Manaus)

RECOMENDAÇÕES:

1. Prever recursos suficientes antes do início de novos cursos, para evitar a interrupção e garantir a continuidade;
2. Cursos profissionalizantes devem incluir módulo com atividades práticas;
3. Cursos devem ocorrer paralelamente às medidas de empregabilidade e cursos de empreendedorismo;
4. Apoiar na criação de cooperativas;
5. Oferecer cursos profissionalizantes em espanhol ou com apoio de tradutor;
6. Previsão de apoio financeiro para transporte até os cursos;
7. Após a realização dos cursos, prever apoio financeiro para a compra de instrumentos de trabalho para dar início à atividade aprendida e estimular a autonomia dos profissionais;
8. Oferecer curso de informática e disponibilizar acesso a computadores e internet;
9. Contratar indígenas refugiados e migrantes nos projetos das organizações da sociedade civil e organizações internacionais destinados a atender essa mesma população;

10. Apoiar nos processos de reconhecimento de diploma de indígenas refugiados e migrantes.

INICIATIVAS APRESENTADAS NO SEMINÁRIO

No dia 9 de novembro de 2022 foi realizado, de maneira virtual, o “I Seminário da R4V Brasil sobre Iniciativas de Educação e Capacitação para a População Indígena Refugiada e Migrante”. O evento, realizado no âmbito da Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V), contou com a participação de 115 pessoas, entre as quais indígenas, acadêmicos, representantes de organizações da sociedade civil, organizações internacionais e órgãos governamentais estaduais e municipais.

Na mesa de abertura, estiveram presentes representantes do ACNUR, da OIM, da UNICEF e da UNESCO, bem como da Coordenação da Plataforma R4V Brasil. Em seguida, os participantes foram divididos em 3 grupos de trabalho, a partir dos seguintes eixos temáticos:

Eixo 1: Ensino de português como língua de acolhimento, letramento e línguas indígenas;

Eixo 2: Acesso ao ensino regular (fundamental e médio), incluindo para jovens e adultos;

Eixo 3: Educação profissionalizante, incluindo empreendedorismo e educação financeira.

Nos grupos de trabalho foram apresentadas iniciativas do poder público, Instituto Técnico e de organizações da sociedade civil focadas em cada eixo temático. Após o testemunho de delegados indígenas e comentários de especialistas no tema, os participantes puderam compartilhar suas observações e discutir lições aprendidas e recomendações.

Ao final, os participantes das 3 salas temáticas foram reunidos em plenária novamente e apresentou-se os principais pontos discutidos em cada eixo. Nessa oportunidade, os participantes puderam compartilhar dúvidas, experiências e recomendações, apresentadas a seguir.



Ensino de português como língua de acolhimento, letramento e línguas indígenas

Foram apresentadas as seguintes iniciativas:

1. CURSO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

Instituição ou órgão: Centro de Formação Inspire Rebeca (CFIR)

Local de atuação: Boa Vista e Pacaraima – Roraima

Breve Histórico: O Centro de Formação Inspire Rebeca (CFIR) foi criado em 19 de fevereiro de 2021, pela idealizadora Rebeca Cristina de Araújo Lima. Inicialmente, atuava apenas com a oferta de curso de português para acolhimento. Em 2022, o CFIR passou a ofertar outros cursos em áreas distintas como beleza e estética, gestão e alimentos.

O Inspire Rebeca nasceu como fruto de 3 anos de trabalho voluntário na supervisão, organização e condução de aulas de português como língua de acolhimento nos projetos de extensão da Universidade Federal de Roraima (UFRR) geridos pela professora de Relações Internacionais Júlia Camargo.

Metodologia e população atendida: O Inspire Rebeca tem sua atuação voltada à inserção social, profissional e à promoção da cidadania, através de cursos de português como língua de acolhimento e cursos de capacitação profissional.

A metodologia aplicada faz com que os alunos se sintam acolhidos e possam aprender em um ambiente propício e agradável e, principalmente, com profissionais aptos a estimular o desenvolvimento do aluno.

A organização atua com a população indígena nos abrigos Waraotuma a Tuaranoko (Boa Vista) e Janokoida (Pacaraima). Até dezembro de 2022, 338 indígenas das etnias E'ñepa, Warao e Pemon-Taurepang concluíram o curso de Português como Língua de Acolhimento. Adicionalmente, 67 alunos indígenas Warao e Pemon-Taurepang foram certificados em cursos profissionalizantes (curso de empreendedorismo, design de sobancelhas e doces e salgados).



Fotos do Arquivo do Centro de Formação Inspire Rebeca

2. ENSINO DE PORTUGUÊS INSTRUMENTAL PARA INDÍGENAS WARAO

Instituição ou órgão: Rede Emancipa Belém

Local de atuação: Belém – Pará

Breve Histórico da Instituição: A Rede Emancipa Belém de Educação Popular é um projeto de extensão da Universidade Federal do Pará (UFPA), articulado à Rede Nacional Emancipa¹⁷ e atua há pouco mais de uma década com o objetivo de lutar pelo direito à educação nas periferias.

Metodologia e população atendida: O projeto de ensino de português instrumental para indígenas Warao é desenvolvido pela Rede Emancipa, em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), desde abril de 2022. Até novembro de 2022, aproximadamente 50 indígenas da etnia Warao foram beneficiados diretamente.

O Emancipa busca valorizar as experiências dos alunos, ampliando o vocabulário de português a partir do contato e do reconhecimento de situações cotidianas e aspectos linguísticos básicos, intercalando interesses e objetivos dos indígenas com relação ao novo contexto social, motivando-os à prática comunicacional.



Foto do Arquivo da Rede Emancipa

17. A Rede Emancipa é um Movimento Social de Educação Popular que trabalha pela democratização do acesso à Universidade e por educação gratuita e de qualidade. Mais informações em <https://inscricoes.redeemancipa.org.br>

3. SÚPER PANAS

Instituição ou órgão: Instituto Pirilampos

Local de atuação: Boa Vista – Roraima

Breve Histórico: Fundado em março de 2007, o Instituto Pirilampos iniciou suas ações com uma equipe de voluntários desenvolvendo atividades recreativas e lúdico-pedagógicas em abrigos, hospitais, casas de repouso, comunidades rurais e indígenas. Em 2019, tornou-se parceiro implementador do UNICEF, buscando promover a integração entre educação e proteção dentro das comunidades abrigadas no âmbito da Operação Acolhida de Boa Vista, através do espaço Súper Panas¹⁸.

Os projetos desenvolvidos pelo Instituto visam colaborar para a erradicação da extrema pobreza, lutar por inclusão social, combater a criminalização, todo tipo de violência e toda e qualquer violação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil.

Metodologia e população atendida: As atividades desenvolvidas (alfabetização, acompanhamento e reforço escolar) na área de educação seguem em parceria com cada Comitê de Educação das comunidades dos abrigos indígenas. O trabalho surgiu por meio de um processo de debate e adota uma estratégia adaptada às especificidades dos povos indígenas originários da Venezuela, visando à convivência familiar e comunitária e o acesso aos direitos pelas famílias indígenas.

Até outubro de 2022, 774 pessoas das etnias Warao, Pemon-Taurepang, E'ñepa, Guajiro, Akawaio, Yekuana, Macuxi e Wayúu foram beneficiadas pelo projeto.



Fotos do Arquivo do Instituto Pirilampos

18. Apoiados pelo UNICEF, os Súper Panas são espaços amigáveis de acolhimento que oferecem atividades de apoio psicossocial e educação não formal para crianças e adolescentes refugiados e migrantes, integrando intervenções de educação e proteção.

Principais desafios e lições aprendidas discutidos no Seminário:

No que se refere ao ensino de português como língua de acolhimento, letramento e línguas indígenas, durante o Seminário foi destacado que a diversidade cultural deve ser reconhecida e considerada em todos os momentos. O processo de aprendizagem deve ocorrer de forma respeitosa, considerando as especificidades, a língua e a cultura.

O aprendizado de uma outra língua precisa fortalecer a língua dos povos originários. Temos exemplos de populações indígenas que deixaram de falar as suas línguas na época da colonização. Isso é um desastre, pois a língua faz parte da identidade de um povo. Isso deve ser considerado nas nossas ações. A língua acolhedora, o português, que todos querem aprender, deve andar junto com a língua materna. (Leia do Vale, delegada indígena da etnia Wapichana)

Também se discutiu a necessidade de envolver a comunidade indígena em todos os momentos, desde o planejamento até à implementação dos projetos.

A nossa iniciativa é fruto de uma necessidade apresentada pela comunidade. Pais e comunidade são inseridos nos projetos, para que nossas ações tenham um impacto maior. (Ícaro Lavoisier, Supervisor para questões indígenas do Instituto Pirilampos)

Como estratégia para aumentar a participação dos alunos e reduzir a evasão, sugeriu-se focar na oralidade e na fonética, e não tanto no ensino de gramática e da língua escrita. Seguindo a premissa de acolhimento, o ensino da língua precisa se aproximar da realidade do aluno, buscando trazer as suas necessidades para o contexto de ensino. Nesse sentido, as aulas e a metodologia dos cursos devem ser culturalmente adequadas e estar em sintonia com as reivindicações dos próprios alunos.

Tudo isso foi pensado a partir dos anseios deles. Isso é essencial, precisamos saber a perspectiva deles com relação a esse novo lugar. Começamos com uma conversa com eles sobre os seus anseios, pretensões laborais, se é para melhorar sua comunicação para ir a uma padaria, posto de saúde, resolver questões documentais. Inclusive trabalhamos isso em sala de aula, fazemos simulações dessas situações. (Rafael Chagas, Professor de Português da Rede Emancipa)

Acerca do desafio de ensinar alunos não alfabetizados e que falam apenas os idiomas originários, foi recomendado o uso de objetos e imagens para apoiar a comunicação, assim como a presença de intérpretes e mediadores culturais da própria comunidade.

Durante o Seminário, também foram levantadas reflexões sobre a importância de abordar, durante o curso de português, conteúdos sobre os espaços da cidade, direitos e

acesso aos serviços públicos, como forma de promover o empoderamento e consequente protagonismo da população indígena refugiada e migrante.



Acesso ao ensino regular (fundamental e médio), incluindo para jovens e adultos

Foram apresentadas as seguintes iniciativas:

1. POVOS DAS ÁGUAS

Instituição ou órgão: Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados

Local de atuação: Belo Horizonte – Minas Gerais

Breve Histórico: O Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR Brasil) é uma instituição da Companhia de Jesus, que busca servir, acompanhar e defender migrantes, solicitantes de refúgio e pessoas refugiadas, promovendo e protegendo sua dignidade e direitos, acompanhando seu processo de inclusão e autonomia e incidindo na sociedade e no poder público, para que reconheçam a riqueza da diversidade humana.

Em âmbito nacional, a organização trabalha com centros de atendimento em Belo Horizonte (MG), Boa Vista (RR), Brasília (DF), Manaus (AM), Porto Alegre (RS) e com presença e a prestação de alguns serviços em Salvador (BA) e Florianópolis (SC).

Em Belo Horizonte, o SJMR atende refugiados e migrantes de diversas nacionalidades que chegam em situação de vulnerabilidade nos aspectos jurídicos, sociais, econômicos de saúde e laborais.

Metodologia e população atendida: O projeto Povos das Águas, desenvolvido em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, é implementado desde dezembro de 2021 e beneficia 82 indígenas da etnia Warao. De forma ampla, o projeto almeja acolher, acompanhar e promover a inclusão social de famílias indígenas refugiadas e migrantes no Brasil, para prevenir situações de violência, combater trabalho infantil, além de promover o acesso e garantia de direitos. No âmbito educacional, pretende-se garantir a inserção e a permanência das crianças nas escolas.

Levando-se em consideração a trajetória de trabalho com povos tradicionais e a diversidade cultural, a Escola Municipal Florestan Fernandes foi escolhida para receber o projeto. As crianças são acompanhadas por profissional do SJMR que, a partir de escuta ativa e culturalmente sensível, propõem medidas para ajudar na adaptação.

Além disso, a escola contratou um profissional indígena Warao, que auxilia no acompanhamento dos alunos.

Dentre os resultados alcançados, destacam-se a concepção da escola enquanto garantidora da segurança alimentar das crianças, a boa convivência com as crianças brasileiras, o aprendizado de português e a aprendizagem da cultura escolar brasileira formal.



Fotos: Arquivo do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados

2. PLANO DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES INDÍGENAS ORIGINÁRIAS DA VENEZUELA

Instituições ou órgãos: Prefeitura de Pacaraima e Secretaria de Estado da Educação do Governo do Estado de Roraima

Local de atuação: Boa Vista e Pacaraima – Roraima

Breve Histórico: O Plano de atendimento às crianças e aos adolescentes indígenas originárias da Venezuela é implementado desde 2021 e tem o objetivo de propor ações educativas específicas para crianças e adolescentes indígenas atualmente abrigadas nos municípios de Boa Vista e Pacaraima. Trata-se de ação interinstitucional entre Governo do Estado de Roraima, Prefeituras de Pacaraima e Boa Vista e FUNAI (Brasília e Roraima). Tal ação é monitorada pelo Ministério Público Federal (MPF) e conta com a colaboração do Exército Brasileiro, ACNUR, UNICEF e Fraternidade – Federação Humanitária Internacional (FFHI).

Metodologia e população atendida: Atualmente, o Plano atende crianças e adolescentes das etnias Warao, E'ñepa, Karinã e Pemon-Taurepang, podendo abranger as demais etnias. Aproximadamente 800 crianças e adolescentes estão matriculados nas escolas públicas da rede estadual e municipais. Entre as principais ações do plano, destacam-se:

- Inclusão de todas as crianças e adolescentes indígenas nas escolas estaduais e/ou municipais em Roraima;
- Criação de GT de cunho pedagógico, buscando garantir o acompanhamento e o bom desempenho das crianças e adolescentes indígenas nas escolas;
- Assessoramento pedagógico, através do Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima (CEFORR);
- Formação continuada para os profissionais envolvidos com a educação escolar indígena dos povos originários da Venezuela;
- Oferta de matrícula para adolescentes indígenas na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Dentre os resultados alcançados, inclui-se a integração interinstitucional, a realização do I Seminário Estadual de Educação Indígena dos povos originários da Venezuela no Brasil¹⁹, a organização do I Curso de Formação Continuada, a previsão de 10 vagas para magistério indígena para professores venezuelanos e a viabilização das matrículas nas escolas em Roraima.

Em Pacaraima, foi criada uma Coordenação para responder aos assuntos relacionados aos alunos refugiados e migrantes. Por meio desta Coordenação, foram realizadas Jornadas de Matrículas nas instalações do Abrigo Janokoida, reforço escolar focado no auxílio da resolução de atividades remotas e entrega de materiais escolares. Atualmente, há uma sala multisseriada para atendimento específico aos alunos Waraos, com 18 alunos matriculados. Além disso, as escolas estão identificadas com placas de comunicação visual em três idiomas: português, espanhol e warao.



3. MOVIMENTO EDUCA ANANINDEUA

Instituição ou órgão: Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Ananindeua, Pará

Local de atuação: Ananindeua – Pará

19. O “I Seminário Estadual de Educação Indígena dos povos originários da Venezuela no Brasil” foi realizado nos dias 19 e 20 de maio de 2022 em Boa Vista, Roraima, com o objetivo de definir estratégias e ações para garantir a oferta de educação para aproximadamente 1.700 crianças e adolescentes indígenas em idade escolar. Mais informações em <https://portal.rr.gov.br/noticias>

Breve Histórico: Em 2021, a partir de uma solicitação do MPF e no contexto da pandemia de Covid-19, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Ananindeua, iniciou o processo de inclusão das crianças indígenas refugiadas e migrantes na rede pública de ensino.

Metodologia e população atendida: Em 2021, a SEMED passou a ofertar ensino voltado à população Warao, que consiste em uma escola multietária em que convergem elementos de interesse identitários e culturais e a importância da convivência nos locais de acolhimento. Nesse contexto, foi selecionada uma escola próxima à região onde se concentra a comunidade Warao para a organização das classes multietárias. Os estudantes Warao são enturmados por proximidade etária e as aulas são ofertadas no turno da tarde. A estruturação da escola Warao foi feita em conjunto com representantes indígenas, que participaram do processo desde a escolha da escola até a indicação de indígenas Warao que seriam contratados como educadores auxiliares. Quatro educadores auxiliares foram contratados, sendo importantes interlocutores na construção do diálogo intercultural. Tanto os professores regentes quanto os educadores auxiliares Warao estão em formação continuada. Com suas ações, o município beneficia aproximadamente 128 estudantes indígenas.



Fonte: SEMED Ananindeua

Principais desafios e lições aprendidas:

Dentre os principais desafios identificados no que se refere à inserção de crianças e jovens indígenas refugiados e migrantes no ensino formal, os apresentadores das iniciativas convidadas destacaram a necessidade de adaptar a dinâmica das matrículas e flexibilizar a exigência de documentos, aceitando-se a solicitação de residência ou o documento de solicitação do reconhecimento da condição de refugiado. Mencionaram a dificuldade em manter a frequência escolar dos alunos, o conhecimento apenas da língua nativa ou o limitado conhecimento de espanhol e/ou do português, a alfabetização de jovens que nunca estudaram e a falta de capacitação aos profissionais da rede de ensino formal para atender a população de forma culturalmente sensível.

Ao compartilhar as boas práticas, todas as organizações falaram sobre a importância do trabalho intersetorial e da construção de parcerias entre instituições governamentais, organizações internacionais e a sociedade civil.

Também fizeram reflexões sobre a necessidade de adaptar as escolas, considerando aspectos multiculturais, e fomentar a inclusão de profissionais indígenas dentro do espaço escolar.

Além disso, foram identificadas as seguintes boas práticas:

- Realização de jornada de matrículas, com o intuito de facilitar a dinâmica para os alunos, as famílias e as equipes das escolas;
- Aplicação das provas de classificação dos alunos em língua espanhola;
- Contratação de professores e intérpretes indígenas refugiados e migrantes das diferentes etnias, para atuação nas escolas dos estados e municípios;
- Revalidação dos títulos de professores formados na Venezuela;
- Oferecimento de sala preparatória para as crianças indígenas antes de matricular na rede formal;
- Acompanhamento pedagógico com reforço escolar aos alunos indígenas;
- Disponibilizar conteúdos interculturais em escolas brasileiras, para que todos possam conhecer e valorizar as culturas dos povos indígenas;
- Ter materiais didáticos que contemplem a diversidade;
- Esporte como elemento de socialização;
- Ambientação do espaço das escolas, com cartazes e placas de comunicação, para além do idioma da comunidade anfitriã (português), mas também em warao e espanhol.

Foram discutidos três contextos escolares distintos: escolas próprias, escolas com classe específica para as crianças e jovens indígenas, e escolas onde as crianças estão espalhadas em diversas salas de aula. Nesse contexto, foi destacada a importância de resguardar o direito da população indígena à educação específica e diferenciada, sob o risco de assimilação.

Não podemos falar de assimilação. Temos uma cultura milenar, que passa de geração em geração. Isso não pode se perder. A cultura é transmitida junto com o ensino e a educação. (Efrain de Jesus Ramos, indígena Warao residente em Manaus)

A inclusão no sistema nacional de educação precisa ser qualificada e respeitar a diversidade, as especificidades, a língua e cultura desses povos. Não é simplesmente o acesso, mas a permanência também deve

estar nas nossas atenções. A permanência tem a ver com a barreira da língua, a dificuldade de se enxergar em uma escola que não o contexto não é voltado a uma educação específica e diferenciada, mas para atender a todos. (Leia do Vale, delegada indígena da etnia Wapichana)

Segundo os participantes, as políticas públicas educacionais devem dialogar com os direitos previstos na legislação brasileira, bem como na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que prevê, em seu artigo 14, “o direito de estabelecer e controlar seus sistemas e instituições educativos, que ofereçam educação em seus próprios idiomas, em consonância com seus métodos culturais de ensino e de aprendizagem”.

Artigo 14 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas

1. Os povos indígenas têm o direito de estabelecer e controlar seus sistemas e instituições educativos, que ofereçam educação em seus próprios idiomas, em consonância com seus métodos culturais de ensino e de aprendizagem.
2. Os indígenas, em particular as crianças, têm direito a todos os níveis e formas de educação do Estado, sem discriminação.
3. Os Estados adotarão medidas eficazes, junto com os povos indígenas, para que os indígenas, em particular as crianças, inclusive as que vivem fora de suas comunidades, tenham acesso, quando possível, à educação em sua própria cultura e em seu próprio idioma.

Por fim, recomendou-se que os projetos de educação, além de considerar o direito dos povos indígenas, dialoguem com os direitos coletivos e tenham abordagem não integracionista, ou seja, que ofereçam oportunidades e autonomia, mas ao mesmo tempo valorizem e preservem a cultura dos povos de forma coletiva.

Os projetos devem ter, na sua elaboração e execução, além da participação dos indígenas, atenção ao escopo do direito dos povos indígenas aplicado no Brasil, sob o risco de termos uma diluição cultural desses grupos no Brasil. (Rickson Figueira, Professor Adjunto no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, UFRR).



Educação profissionalizante, incluindo empreendedorismo e educação financeira

Foram apresentadas as seguintes iniciativas:

1. SOLDATAYA YAKERAJA 2.0

Instituição ou órgão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)

Local de atuação: Belém – Pará

Breve Histórico: Diante da chegada da população indígena de origem venezuelana no Município de Belém, o projeto de incubadora social Soldataya Yakeraja 2.0, desenvolvido no âmbito do IFPA, em parceria com a Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), IEB e ACNUR, tem o objetivo de qualificar e certificar indígenas refugiados e migrantes no Brasil para que possam montar e gerir seu próprio empreendimento, voltado à prestação de serviços de soldagem.

Metodologia e população atendida: O projeto de incubadora social Soldataya Yakeraja 2.0 (que significa Soldagem de Qualidade) beneficia diretamente 33 pessoas, das quais 20 são indígenas da etnia Warao. No primeiro semestre do projeto, iniciado em 2021, os participantes passaram por um curso de capacitação, com apoio de técnico intérprete e mediador intercultural, e aprenderam a soldar (“Curso Soldador Eletrodo Revestido”). No segundo semestre do projeto, puderam colocar em prática o conhecimento aprendido e prestaram serviços de soldagem para a comunidade paraense, garantindo, assim, renda para o sustento das famílias. A seguir, têm-se o objetivo de estabelecer uma Incubadora Social no IFPA Campus Belém, para auxiliar os alunos já capacitados em soldagem a montar e gerir seu próprio empreendimento.

O projeto conta com a parceria da FUNPAPA, que contribui com o transporte e alimentação dos alunos abrigados no Espaço de Acolhimento do Tapanã e financia de forma permanente o técnico intérprete e mediador intercultural. ACNUR e IEB também são parceiros e apoiam com o transporte de parte dos alunos, bem como com doação de EPIs (equipamentos de proteção individual).

2. CENTRO CULTURAL E DE FORMAÇÃO INDÍGENA (CCFI)

Instituição ou órgão: Fraternidade – Federação Humanitária Internacional (FFHI)

Local de atuação: Boa Vista – Roraima

Breve Histórico: A FFHI é uma associação da sociedade civil, sem vínculos políticos, econômicos ou religiosos, com atuação em 28 países. Em 2016, a FFHI iniciou o atendimento à população indígena refugiada e migrante oriunda da Venezuela, por meio de assistência humanitária emergencial, coordenação e gestão de abrigos. A partir de 2021, foi criado o Centro Cultural e de Formação Indígena (CCFI).

Metodologia e população atendida: Inicialmente, foi realizado um diagnóstico do perfil socioeconômico da população indígena venezuelana residente em Roraima, que serviu de base para a elaboração da estratégia de meios de vida e soluções duradouras da organização. Com base nos resultados, a Fraternidade criou o Programa de Formação Continuada. Antes do início dos cursos, a Fraternidade realiza sensibilização com os professores envolvidos sobre a questão indígena e suas especificidades.

Entre os principais aprendizados, destaca-se a necessidade de oferta permanente e diversa de cursos profissionalizantes, bem como a importância de seguir apoiando com iniciativas de empregabilidade e empreendedorismo.

Em 2021, 453 pessoas foram formadas, em 89 cursos em diferentes áreas, como sapataria, costura, marcenaria, alimentação, panificação, manipulação de alimentos, beleza, informática, dentre outras.



Fotos do Arquivo da FFHI

3. POVO DAS ÁGUAS: TRABALHO, PARTICIPAÇÃO E MEIOS DE VIDA

Instituição ou órgão: Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

Local de atuação: Belém e Ananindeua – Pará

Breve Histórico: O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) é uma organização da sociedade civil brasileira, fundada em novembro de 1998 e se dedica a formar e capacitar pessoas e fortalecer organizações nos diversos aspectos e temas relacionados ao meio ambiente, desenvolvimento e à sustentabilidade. O IEB atua há mais de 15 anos para possibilitar a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas na defesa dos seus direitos e na proteção dos seus territórios.

Metodologia e população atendida: O Projeto “Povo das águas: trabalho, participação e meios de vida”, desenvolvido a partir de 2021, tem o objetivo de contribuir para a inserção socioproductiva de famílias Warao em Belém e Ananindeua, Pará.

O Projeto tem três eixos de ações: o fortalecimento comunitário, o fortalecimento de empreendimentos produtivos coletivos e o acompanhamento de iniciativas individuais de inserção laboral formal. Por meio de um diagnóstico sobre experiências de trabalho, formação e expectativas de inserção entre os Warao, o IEB desenvolveu um Plano de Formação para fortalecimento das capacidades de inserção socioproductiva. O Plano de Formação parte de três temas centrais: trabalho no Brasil, questão indígena no Brasil e cultura e identidade. Os participantes passam por cursos de habilidades gerais (português instrumental, inclusão digital e educação financeira) para, em seguida, identificar se seu perfil laboral se adequa à inserção individual ou em empreendimentos coletivos. Com base no Plano de Formação, há o encaminhamento a cursos profissionalizantes, de empreendedorismo, aprimoramento de habilidades, etc.

Dentre os resultados alcançados, destacam-se: (i) maior conhecimento dos indígenas sobre o mercado de trabalho brasileiro, direitos trabalhistas e direitos indígenas; (ii) maior engajamento comunitário e redução de conflitos; (iii) maior capacidade de estruturação da cadeia do artesanato; (iv) aumento de capacidades e habilidades para inserção produtiva; (v) maior autonomia na busca de oportunidades de capacitação e inserção produtiva.



Principais desafios e lições aprendidas

Após período inicial, em que as principais iniciativas para a população indígena respondiam principalmente às necessidades assistenciais e emergenciais, nos últimos anos foram-se desenvolvendo ações que permitiram o acesso a meios de vida da população indígena no Brasil.

Todas as boas práticas apresentadas no eixo 3, sobre educação profissionalizante, partiram da realização de escuta com a população indígena.

Fizemos um processo de escuta, para saber o que eles queriam. Falamos sobre a soldagem, levamos eles no laboratório, fizemos demonstrações. Aqueles que se interessaram em conhecer mais, fizeram o curso. No final do projeto fizemos uma reunião e os escutamos novamente. Eles disseram que se sentiram mais empoderados, participantes do processo, e pediram para fazermos uma segunda versão do curso, quando eles passaram a fabricar coisas para vender. É o que estamos fazendo agora. (Hélio Almeida, Coordenador do Projeto de extensão Soldataya Yakeraja 2.0 e Professor do IFPA Campus Belém).

Igualmente, a iniciativa da FFHI também foi precedida de pesquisa de diagnóstico com a população indígena residente em Roraima.

A pesquisa mostrou a imperiosa necessidade de estudar e trabalhar. Isso motivou a Fraternidade Humanitária a planejar e implementar um espaço de capacitação seguro, pacífico, de garantia de direitos que preservasse e fortalecesse a expressão genuína da identidade e diversidade cultural que essas etnias representam. (Imer de Mirna, Coordenador do Centro Cultural e de Formação Indígena, FFHI).

Por meio dos diagnósticos, foi possível fortalecer e valorizar a cultura e a identidade Warao e, paralelamente, conhecer as expectativas de capacitação e identificar necessidades e lacunas de formação.

É importante saber as expectativas e conhecimentos, mas ao mesmo tempo abrir um leque de possibilidades, de novas atividades que eles possam conhecer e se envolver. (Lanna Lima, Analista Socioambiental, IEB)

Uma barreira inicial para os cursos profissionalizantes era o desconhecimento do idioma português, bem como o alto índice de analfabetismo entre a população indígena. Como resposta a esse desafio, trabalhou-se, previamente, com cursos de alfabetização e cursos de português. Nesse mesmo sentido, verificou-se que a presença de um intérprete e mediador intercultural foi de extrema importância para permitir o maior engajamento e aprendizado dos alunos.

A frequência dos alunos muitas vezes era comprometida pela vulnerabilidade da população indígena. Assim, elementos como alimentação e transporte, que muitas vezes não são incluídos na elaboração de projetos, foram percebidos como fundamentais para permitir menor evasão.

Foi muito importante ter parcerias para garantir apoio com o transporte e a merenda, que muitas vezes não é contemplada em projetos. Se não

tivéssemos essa ajuda, muitos participantes não poderiam continuar.
(José Albahan, intérprete e intermediador cultural FUNPAPA/IFPA).

As experiências apresentadas no Seminário também mostraram que a evasão foi menor quando houve maior acolhimento e adaptação dos espaços físicos e do conteúdo e material do curso, para que fossem sensíveis à cultura indígena. Do mesmo modo, a sensibilização cultural dos professores também foi apontada como um aprendizado.

Outro desafio comum identificado foi o acesso ao mercado de trabalho formal. Como resposta, percebeu-se a importância de ofertar cursos de empreendedorismo e educação financeira, bem como inclusão digital, paralelamente aos cursos profissionalizantes. Também se tratou da priorização de capacitações articuladas com oportunidades de inserção socioproductiva. O exemplo apresentado pela IFPA contempla esse desafio, ao abranger tanto o curso profissionalizante em si, como o aprendizado prático no qual os alunos prestaram serviços pagos, intermediados pela instituição.

Por fim, destacou-se a importância de iniciativas focadas no empoderamento comunitário e o engajamento das lideranças e das comunidades, valorizando os conhecimentos tradicionais.

RECOMENDAÇÕES

As recomendações apresentadas abaixo são resultado da análise das principais demandas apresentadas durante a escuta à população indígena refugiada e migrante, assim como fruto dos debates ocorridos durante o “I Seminário da R4V Brasil sobre Iniciativas de Educação e Capacitação para a População Indígena Refugiada e Migrante”.

- 1. Consulta e participação ativa dos povos indígenas:** Políticas públicas e iniciativas da sociedade civil e organismos internacionais focadas em educação dos povos indígenas refugiados e migrantes devem ser construídas a partir de consulta livre, prévia e informada desses povos. Além disso, devem contar com a participação ativa em todas as etapas de formulação e implementação dos projetos, como forma de garantir o empoderamento comunitário.
- 2. Respeito e valorização da diversidade cultural:** Políticas públicas e iniciativas da sociedade civil e organismos internacionais focadas em educação dos povos indígenas refugiados e migrantes devem considerar, respeitar e valorizar as especificidades, a língua e a cultura dos povos indígenas, bem como avaliar os impactos culturais e coletivos de cada iniciativa.

- 3. Projetos educacionais devem estar em consonância com os direitos da população indígena refugiada e migrante:** No Brasil, a população indígena refugiada e migrante tem seus direitos previstos na legislação migratória (Lei 13.445/2017), Lei de Refúgio (Lei 9.474/97), bem como em legislações internacionais específicas sobre os povos indígenas, em especial a Declaração das Nações Unidas sobre Direito dos Povos Indígenas e a Convenção 169 da OIT. Essa intersecção de direitos deve ser reconhecida e respeitada em todos os momentos de planejamento e implementação de iniciativas.
- 4. Contratação de professores e intérpretes indígenas:** Em todos os espaços de escuta e discussão, foi destacada a importância da contratação de intérpretes, mediadores culturais e professores indígenas para reduzir a evasão e permitir o maior engajamento e aprendizado dos alunos.
- 5. Trabalho em Rede:** Reconhecer a importância do trabalho intersetorial e construção de parcerias entre instituições governamentais, organizações internacionais e a sociedade civil.
- 6. Ensino de língua portuguesa para povos indígenas refugiados e migrantes:** Seguindo a premissa de acolhimento, o ensino da língua portuguesa deve se aproximar da realidade do aluno, buscando trazer suas especificidades, necessidades e reivindicações para o contexto de ensino.
- 7. Educação formal:** Adaptar processos e exigências para adequar às necessidades e possibilidades da população indígena, por exemplo, no que se refere à matrícula, exigência documental e estabelecimento de sala preparatória para as crianças indígenas.
- 8. Combate à xenofobia e racismo nas escolas:** Estimular medidas de sensibilização de professores, alunos e direção das escolas e realizar atividades sobre a cultura indígena venezuelana.
- 9. Garantir o direito à educação específica e diferenciada dos povos indígenas.**
- 10. Cursos profissionalizantes:** Formações devem considerar possibilidades de inclusão laboral e trabalhar de forma integrada com o ensino de português, cursos de informática e empreendedorismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta publicação buscou sistematizar os resultados da escuta prévia realizada com lideranças e educadores indígenas refugiados e migrantes no Brasil, bem como dar visibilidade às iniciativas inspiradoras do poder público, Instituto Federal e organizações

da sociedade civil apresentadas no “I Seminário da R4V Brasil sobre Iniciativas de Educação e Capacitação para a População Indígena Refugiada e Migrante”.

A partir da escuta prévia às lideranças e educadores indígenas, foi possível evidenciar prioridades, desafios e recomendações, permitindo seu protagonismo na busca de possíveis soluções a esses desafios.

O Seminário, por sua vez, foi um espaço de troca, fomento e orientação às iniciativas de educação e capacitação voltadas à essa população. Também evidenciou a importância do trabalho interinstitucional, interagencial e intersetorial, para fortalecer políticas públicas e ações da sociedade civil voltadas à população indígena refugiada e migrante.

Reconhecendo que o processo de construção coletiva é fundamental para que a resposta seja digna, adequada e de qualidade, respeitando a multiculturalidade, esse material pretende ser uma ferramenta para apoiar na superação dos desafios e inspirar mais iniciativas que considerem as características e especificidades da população indígena refugiada e migrante no Brasil.



Plataforma de Coordenação
Interagencial para Refugiados
e Migrantes da Venezuela